

## Lições de vida

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

A morte de Celso Furtado, por torpeza do destino, ocorreu em meio a clima burlesco, dominado por patriotadas e manifestações explícitas de repulsa ao "cosmopolitismo" que cercou a defenestração do presidente do BNDES. Fica a sensação de que, à parte honrosas exceções, entre as quais o artigo de Rolf Kuntz, publicado no Estado, em 21/11, e o longo depoimento de Pedro Malan no jornal Valor Econômico, em 26/11, o País ficou devendo ao seu mais prestigioso economista uma reflexão mais ponderada sobre as lições que a sua vida pôde inspirar. Alguns obituários no exterior demonstraram equilíbrio e competência, como o assinado por Luiz Felipe de Alencastro, no Le Monde, em 26/11. Mas, mesmo jornais prestigiosos como o New York Times, 27/11, resvalaram para lugares-comuns e evidenciaram robusta ignorância dos fatos. Não fizeram jus a um intelectual e homem público que teve a carreira truncada com selvageria pelo golpe militar de 1964.

Como intelectual, a grande contribuição de Celso Furtado foi o seu Formação Econômica do Brasil, livro que culminou com uma seqüência de escritos sobre a história econômica do Brasil iniciada com a sua tese parisiense. Mostrou as marcas da sua experiência na Cepal, com Raúl Prebisch, e na elaboração do estudo Cepal-BNDES de 1957. Ali estão, também, as sementes de muito do que escreveu de mais interessante sobre teoria do desenvolvimento econômico e desigualdades regionais.

A grande influência do Formação se deve à rica diversidade de hipóteses que levanta sobre o crescimento secular do Brasil. Na sua própria metáfora, Furtado era, como scholar, homem com visão da floresta, e não das árvores. Combinava intuição e experiência em interpretações sintéticas, que em alguns casos se demonstraram provisórias. Acreditava que a sua missão era propor hipóteses gerais quanto à floresta e não tinha grandes preocupações quanto às árvores, quanto aos fatos que poderiam suprir alicerce empírico às suas interpretações. O maior mérito da interpretação furtadiana do Brasil é a sua permanente preocupação em responder à clássica pergunta: cui bono? A quem beneficia? Essa preocupação com os aspectos redistributivos do crescimento econômico e o comportamento rentista das oligarquias é que confere grande vigor às suas interpretações.

Este pilar da interpretação de Furtado do crescimento econômico de longo prazo no Brasil seria evidente, com menor sucesso, na sua obra posterior ao golpe militar. Na segunda metade dos anos 60, retomou, em Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina e Um Projeto para o Brasil, a ênfase em aspectos distributivos. Sugeriu que a estrutura da oferta que se havia montado - para suprimento de bens industriais sofisticados - era incompatível com a composição da demanda que advinha da perversa distribuição de renda e manteria a economia estagnada. A interpretação, criticada mesmo por outros opositores do regime militar, perdeu substância com o início do boom pós-1967. De fato, a economia, após os percalços de 1963-1967, retomou a sua trajetória de crescimento sustentado a altas taxas. A estagnação só viria em 1980 e, embora a indecente distribuição de renda possa ter

cumprido papel importante na sua perpetuação, certamente os desequilíbrios macroeconômicos foram dominantes.

O outro aspecto importante da vida de Furtado foi sua carreira de homem público, especialmente quando esteve "no centro das coisas", antes do golpe de 1964. Trabalhou no BNDES nos anos 50, mas foi com a participação no Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste que realmente ganhou projeção na administração pública. Na esteira do influente relatório Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste, foi indicado para chefiar a nova Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Depois das atribuições de 1961-1962, a estratégia do governo Goulart estava baseada na implementação de um plano econômico que consolidasse a esperada vitória no plebiscito de janeiro de 1963, que restaurou o presidencialismo. Com base na sua reputação construída à frente da Sudene, Furtado foi escolhido ministro do Planejamento para elaborar o Plano Trienal 1963-1965. O objetivo do plano era o controle da inflação anual de 50%, em clara aceleração, um recorde desde os tempos de Ruy Barbosa na Fazenda em 1890-1891. O ponto central era o diagnóstico ortodoxo de que havia necessidade de controlar gastos públicos e crédito para reduzir a inflação em três anos a 10%. O plano, que contava com o apoio do FMI, foi visto como instrumento da "esquerda positiva", na qual despontavam o ministro da Fazenda, San Thiago Dantas, e, em posição menos exposta, Furtado. Foi duramente atacado pelos setores mais radicais da coalizão governamental. Há interpretações que sugerem que suas chances de sucesso, sempre pequenas, foram reduzidas por substancial overshooting nos primeiros meses, quando as metas de contração monetária e fiscal foram excedidas. De qualquer modo, logo em seguida a derrota política dos moderados ficou clara com o aumento dos salários do funcionalismo público muito além do que poderia ser acomodado no plano. Os dois ministros saíram do governo e o governo Goulart entrou na sua crise final.

As lições de vida de Celso Furtado devem combinar seu lado intelectual com o de homem público. Sem políticas macroeconômicas prudentes e políticas efetivas de redistribuição de renda é muito difícil encontrar o caminho do crescimento econômico sustentado.

---

\*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio - em licença sabática